

BIBLIOTECA VIRTUAL

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL

- [2010 - 9º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL](#)
- [2012 - 10º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL](#)
- [2015 - 11º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS](#)
- [2016 - 12º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL](#)
- [2017 - 13º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL](#)
- [2018 - 14º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL](#)
- [2019 - 16º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL](#)
- [2021 – 17º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL](#)

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

- [2012 - 9º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS](#)
- [2014 - 10º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS](#)
- [2016 - 11º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS](#)
- [2018 - 12º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS](#)
- [2019 - 13º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS](#)
- [2021 - 14º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS](#)

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- [2019 - 1º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL](#)
- [2021 - 2º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL](#)

| 2010 - 9º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL | | |
|--|----------------------------|---|
| Item | Nome | Título |
| 1. | ELAINE ROJO | IMPUTAÇÃO OBJETIVA |
| 2. | ÉMERSON FRIANO | ANENCEFALIA: ASPECTOS JURÍDICO-PENAI |
| 3. | LUIZ FELIPE REBOREDO NUNES | COMENTÁRIOS AO ARTIGO 366 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL |
| 4. | MARIANA BORTOT DE SOUZA | ABORTO E ANENCEFALIA: ASPECTOS MÉDICOS E JURÍDICOS |
| 5. | SUHELEN CAMARGO MARTINS | O PAPEL DA VÍTIMA NO ÂMBITO CRIMINAL |

| 2012 - 10º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL | | |
|---|--------------------------|---|
| Item | Nome | Título |
| 1. | ANDREA SOUZA NASCIMENTO | CONCURSO DE PESSOAS E TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO |
| 2. | MARCELA LIMA VERA TOLOSA | COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE A LEI DE CRIMES AMBIENTAIS |

| 2015 - 11º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS | | |
|--|----------------------------------|--|
| Item | Nome | Título |
| 1. | ANDERSON SOARES CUSTÓDIO | SEGURANÇA PÚBLICA E PREVENÇÃO CRIMINAL NA ATUAÇÃO DA POLÍCIA OSTENSIVA |
| 2. | CARLA ROBERTA DANTAS CURSI | A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E O COMBATE À CRIMINALIDADE ORGANIZADA TRANSNACIONAL |
| 3. | EDMAR NASCIMENTO SANTANA | CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO |
| 4. | MILENA SITTOLIN SETUBAL | A SELETIVIDADE DO DIREITO PENAL: REFLEXOS DE UMA NOVA CONCEPÇÃO DO 'INIMIGO' NA ATUALIDADE |
| 5. | PAULA ELISE DE OLIVEIRA PIMENTEL | A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM CONSENSUAL, MULTIDISCIPLINAR E RESTAURATIVA NO ÂMBITO DO NOVO TRATAMENTO LEGAL CONFERIDO AO USUÁRIO DE DROGAS |
| 6. | VITOR TAMIELLO | APONTAMENTOS ACERCA DA COLABORAÇÃO PREMIADA E SEUS REFLEXOS NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA |

| 2016 - 12º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL | | |
|---|--------------------------------------|--|
| Item | Nome | Título |
| 1. | ADEVALDO DO NASCIMENTO BARBOSA | COLABORAÇÃO PREMIADA: LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO VERSUS DELEGADO DE POLÍCIA PARA PROPOR O ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA |
| 2. | ALEX TRINDADE BARRETTO PEREIRA | CRIMES CIBERNÉTICOS: REVENGE PORN |
| 3. | ALVARO TAVARES JUNIOR | ASPECTOS CRIMINAIS DO TERRORISMO |
| 4. | ANDRÉ MANGINO ALENCAR LARANJEIRAS | A APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DOS PRECEDENTES VINCULANTES NO ÂMBITO DA JUSTIÇA CRIMINAL |
| 5. | BRUNA TAVEIRA RODRIGUES DA CRUZ | DIREITO À SEXUALIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL OU INTELLECTUAL E O ESTUPRO DE VULNERÁVEL - ARTIGO 217 – A DO CÓDIGO PENAL. |
| 6. | BRUNO DE PAULA SOUZA MARQUES | PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS: SOLUÇÃO PARA O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PENA |
| 7. | BRUNO LIN | A LEI 9.099/95 SOB O INFLUXO DAS REIVINDICAÇÕES DA POLÍTICA CRIMINAL CONTEMPORÂNEA |
| 8. | CARLA GUEDES DE MELLO PIACENTINI | O PROCESSO DE REVITIMIZAÇÃO DAS MULHERES QUE SOFREM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – UMA ABORDAGEM NA JUSTIÇA BRASILEIRA |
| 9. | CAROLINA DEMERCIAN | A CRUELDADE CONTRA OS ANIMAIS NO SISTEMA DE CRIAÇÃO INTENSIVA |
| 10. | CHRYSYIAN CORDEIRO | TUTELA PENAL DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA |
| 11. | DANIEL VALENTE SIKORSKI DE OLIVEIRA | TUTELA PENAL DA PESSOA VULNERÁVEL DIGNIDADE SEXUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA |
| 12. | DANILO APARECIDO WAETEMANN HERNANDES | TUTELA PENAL DA PESSOA VULNERÁVEL E A POSSÍVEL RELATIVIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE |
| 13. | DIEGO CURSI MORENO | TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA JURISDIÇÃO PENAL INTERNACIONAL |
| 14. | ERIKA JIN HEE KIM | O CARÁTER PENAL DA LEI 12.846/2013 E SEUS PRINCIPAIS MECANISMOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO |
| 15. | FRANCILEUDES BEZERRA CROCI | TUTELA DOS DIREITOS DOS TRANSEXUAIS NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR |
| 16. | FRANKLIN ANDRADE RIBEIRO DE SOUZA | O AGENTE INFILTRADO COMO MECANISMO DE COMBATE À CORRUPÇÃO |

| | | |
|-----|----------------------------------|---|
| 17. | GUILHERME DE CASTRO GERMANO | <u>A SAÍDA TEMPORÁRIA NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL SOB A ÓTICA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES – DO RIGOR NORMATIVO À MITIGAÇÃO JURISPRUDENCIAL</u> |
| 18. | HÉLIO JUNQUEIRA DE CARVALHO NETO | <u>O NECESSÁRIO RESGATE DA CIÊNCIA PENAL TOTAL E A IMPORTÂNCIA DA JURIMETRIA PARA APRIMORAMENTO DO SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA</u> |
| 19. | JULIANA MOYZÉS NEPOMUCENO ARAUJO | <u>A COLABORAÇÃO PREMIADA E A ATUAÇÃO EXCLUSIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO</u> |
| 20. | KAREN MAZLOUM | <u>MANDADOS CONVENCIONAIS DE CRIMINALIZAÇÃO E O DUPLO ASPECTO DO GARANTISMO</u> |
| 21. | LUIZ PEREZ JUNIOR | <u>SIMBOLISMO PENAL DA LEI Nº 13.497/2017</u> |
| 22. | MARJORI FERRARI ALVES | <u>A NATUREZA DA AÇÃO PENAL NO CRIME DE LESÃO CORPORAL LEVE NO ÂMBITO DA LEI Nº 11.340/06</u> |
| 23. | NAIANE FREIRE DE MAGALHÃES | <u>APLICABILIDADE DA JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO MEIO ALTERNATIVO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DO PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL BRASILEIRO</u> |
| 24. | NATÁLIA RODRIGUES PIRES | <u>A EVOLUÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS</u> |
| 25. | NATALIA ROSA PELLICCIARI | <u>INCONSTITUCIONALIDADE DA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NO CASO DE FETO COM MICROCEFALIA</u> |
| 26. | NATHALIA GOMES MONTEIRO | <u>A PROTEÇÃO DE GÊNERO DA LEI N.º 11.340/2006 E OS PROJETOS DE LEI N.º 191/2017 E N.º 8.032/2014</u> |
| 27. | PÂMELA DE ANDRADE STEPLIUK | <u>A INSUFICIÊNCIA DOS CONCEITOS DE ESTUPRO E IMPORTUNAÇÃO OFENSIVA AO PUDOR PARA OS CASOS DE ASSÉDIO ATUAIS COMETIDOS NO TRANSPORTE PÚBLICO DA CIDADE DE SÃO PAULO: O CASO DO ÔNIBUS</u> |
| 28. | PAULA ELISA DA COSTA ALMEIDA | <u>COLABORAÇÃO PREMIADA NAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS</u> |
| 29. | RAFAEL VICTOR ZOLIN OLIVEIRA | <u>DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO: FINALIDADE, PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E A PERSECUÇÃO PENAL</u> |
| 30. | RODOLPHO TAKESHI ARAKAKI | <u>DO DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR E A REVITIMIZAÇÃO INSTITUCIONAL</u> |
| 31. | THIAGO NEMI BONAMETTI | <u>A UTILIZAÇÃO DE DADOS DE APARELHOS CELULARES EM INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS E A PROBLEMÁTICA DA SITUAÇÃO DE FLAGRANTE DELITO</u> |
| 32. | THIAGO SORRILHA | <u>IMPUNIDADE E REINCIDÊNCIA</u> |
| 33. | YASMIN MENDES KFOURI | <u>ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</u> |

| 2017 - 13º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL | | |
|---|---------------------------------|--|
| Item | Nome | Título |
| 1. | ALLAN DIEGO DE SENA | <u>“CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE DELITO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO À LUZ DA TEORIA DO BEM JURÍDICO”</u> |
| 2. | BRUNA BARBARA PAIZ ZEOTTI KANDA | <u>“JUSTIÇA NEGOCIADA: DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO INSTITUTO ITALIANO PATTEGGIAMENTO EM TERRAS BRASILEIRAS”</u> |
| 3. | CAROLINE BEATRIZ ULLIAN PEREIRA | <u>“REFLEXOS SOBRE A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA”</u> |
| 4. | CLEITON LUIS DA SILVA | <u>“A EXTENSÃO DOS EFEITOS DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA PARA A ESFERA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA”</u> |
| 5. | IURI DE ARAUJO FERREIRA | <u>“COLABORAÇÃO PREMIADA NOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA”</u> |
| 6. | JOÃO PAULO GABRIEL DE SOUZA | <u>“OS PARÂMETROS ENTRE A TUTELA DA PRIVACIDADE E O DEVER DE COMUNICAÇÃO DE ILÍCITOS AOS ÓRGÃOS DE PERSECUÇÃO PENAL”</u> |
| 7. | PATRICIA DOSUALDO PELOZO | <u>“REGRA DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE E O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA PÚBLICA”</u> |
| 8. | ROBSON ALVES RIBEIRO | <u>“A TIPICIDADE PENAL DO “FUNCIONÁRIO FANTASMA”</u> |
| 9. | RODRIGO PEREIRA DOS REIS | <u>“CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE DELITO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO À LUZ DA TEORIA DO BEM JURÍDICO”</u> |

| 2018 - 14º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL | | |
|---|-------------------------------|---|
| Item | Nome | Título |
| 1. | ALEXANDRE ANTONUCCI BONSAGLIA | <u>“JUSTIÇA PENAL NEGOCIAL: O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL CONFORME A LEI Nº 13.694/2019 (“PACOTE ANTICRIME”)</u> |
| 2. | ANDREZZA COELHO MAESTRI | <u>“COMPLIANCE EFETIVO VERSUS COMPLIANCE MERAMENTE FORMAL”</u> |
| 3. | DANILO ORLANDO PUGLIESI | <u>“MITIGAÇÃO AO PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL”</u> |

| | | |
|-----|---|---|
| 4. | ELIEL PAIXÃO DE SOUZA | <u>“PRINCÍPIOS DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NO BRASIL”</u> |
| 5. | GABRIELA MARTINS MIRANDA | <u>“A INFILTRAÇÃO DE AGENTES COMO MEIO EXTRAORDINÁRIO DE OBTENÇÃO DE PROVAS”</u> |
| 6. | GUILHERME ARICE JUNQUEIRA DE PAULA | <u>“A MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL PÚBLICA E A JUSTIÇA PENAL CONSENSUADA”</u> |
| 7. | ILKA MARIA DE BARROS CORRÊA FERREIRA LIMA | <u>“DEPOIMENTO ESPECIAL – UMA ANÁLISE DO DÉFICIT DA PROTEÇÃO DA VÍTIMA DE CRIMES SEXUAIS”</u> |
| 8. | JULIA CRESPI SANCHEZ | <u>“A IMPUTAÇÃO DAS AÇÕES NEUTRAS NO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO”</u> |
| 9. | JULIANA CAROSINI | <u>“A VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O DEPOIMENTO ESPECIAL”</u> |
| 10. | LAURA MARIA BRANDÃO ESTANCIONE | <u>“EUTANÁSIA SOB A PERSPECTIVA DA JUSTIÇA CRIMINAL”</u> |
| 11. | LETÍCIA BULDRINI DE ALENCAR | <u>“A LEI Nº 13.431/2017 COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À REVITIMIZAÇÃO”</u> |
| 12. | LORENA GENTIL CIAMPONE | <u>“PRISÃO TEMPORÁRIA PARA CRIMES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA”</u> |
| 13. | LORENA MARQUES TORRES | <u>“VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. A LEI MARIA DA PENHA E OS ÓBICES PARA A SUA EFETIVAÇÃO”</u> |
| 14. | LUIZ HENRIQUE PIMENTA AGUILAR | <u>“JURIMETRIA”</u> |
| 15. | MARCELA TAPAJÓS E SILVA | <u>“REFUGIADOS NO BRASIL: ENTRE A PROTEÇÃO JURÍDICA E A CRIMINALIZAÇÃO”</u> |
| 16. | MARIA LAURA PAULINO RAMALHO | <u>“JUSTIÇA RESTAURATIVA – UM NOVO PARADIGMA PARA O SISTEMA PENAL E SUA APLICAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO”</u> |
| 17. | MARIA PAULA TEIXEIRA DA ROCHA | <u>“A TUTELA PENAL DOS IDOSOS NO BRASIL”</u> |
| 18. | MARINA PECUCCI | <u>“O PENSAMENTO CRIMINOLÓGICO E O(S) PARADIGMA(S) FEMINISTA(S)”</u> |
| 19. | MATHEUS ARICE JUNQUEIRA DE PAULA | <u>“A ANÁLISE INSTITUCIONAL COMPARATIVA”</u> |
| 20. | MAURÍCIO VIVIAN | <u>“PROGRAMA DE VÍTIMAS E TESTEMUNHAS”</u> |
| 21. | MURILO BASSI DE PAULA | <u>“CRIMES PLURISSUBJETIVOS NA CRIMINALIDADE ORGANIZADA”</u> |

| | | |
|-----|------------------------------------|---|
| 22. | PALOMA GONÇALVES DA SILVA ROMERO | <u>"A COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E EMPRESAS PRIVADAS NO COMBATE AO CIBERCRIME"</u> |
| 23. | PEDRO HENRIQUE MARQUES DE OLIVEIRA | <u>"A VÍTIMA MENOR E O DEPOIMENTO SEM DANO: PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIME SEXUAL"</u> |
| 24. | PEDRO MOREIRA CURY | <u>"HABEAS CORPUS COLETIVO"</u> |
| 25. | ROSEMEIRE SALGUEIRO VALIENGO BERNI | <u>"O PAPEL DOS ADMINISTRADORES E DO COMPLIANCE OFFICER NA CONSOLIDAÇÃO DE COMPLIANCE COMO INSTITUTO ANTICORRUPÇÃO"</u> |
| 26. | TAINÁ CHAVES DA ROCHA | <u>DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO</u> |
| 27. | TATIANE CESARINO MATTOS MAZZOTTA | <u>A FLEXIBILIZAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL COMO REFORÇO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE</u> |

| 2019 - 16º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL | | |
|---|----------------------------------|--|
| Item | Nome | Título |
| 1. | ALANA PATERNO GODOY | <u>PEDOFILIZAÇÃO E INFÂNCIA: AS NOVAS PRÁTICAS DE VIOLAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES E O DIREITO PROCESSUAL PENAL COLETIVO COMO UM NOVO MEIO DE TUTELA</u> |
| 2. | ALESSANDRA GALLUZZI DAVID | <u>GUERRAS ÀS DROGAS, GUERRAS ÀS MULHERES: DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO, SELETIVIDADE PENAL E TRÁFICO DE DROGAS</u> |
| 3. | AMANDA ORSOLON MACHADO DOS ANJOS | <u>A REVITIMIZAÇÃO DA MULHER NOS CRIMES SEXUAIS</u> |
| 4. | BÁRBARA GALVÃO ANTUNES CORREA | <u>CADEIA DE CUSTÓDIA E SUA RELEVÂNCIA NA PERSECUÇÃO PENAL</u> |
| 5. | BÁRBARA STELLA ALVES GHISELINI | <u>A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA PENAL E SEUS REFLEXOS NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO</u> |
| 6. | BEATRIZ LEMOS BRANDÃO SCHIRRA | <u>CRÍTICA FEMINISTA À CRIMINOLOGIA: UM OLHAR ESPECIAL SOBRE A ATUAÇÃO DAS MULHERES NO TRÁFICO DE DROGAS</u> |

| | | |
|-----|---|---|
| 7. | BRUNO NAZIH NEHME NASSAR | <u>CONTORNOS DA RESPONSABILIZAÇÃO PENAL POR OMISSÃO À LUZ DO PROGRAMA DE COMPLIANCE: RACIONALIZANDO A ERA DOS DEVERES</u> |
| 8. | FERNANDO RABE CAON | <u>COMPLIANCE COMO FERRAMENTA PARA A DIMINUIÇÃO DE ATOS DE CORRUPÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES</u> |
| 9. | GIOVANA GREKA GODOI FRANCO | <u>NOVAS FORMAS DE CRIMINALIDADE CIBERNÉTICA E A PROTEÇÃO DA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES</u> |
| 10. | GIOVANA MARTINS DE SANTANA | <u>MANGÁS, ANIMES E PORNOGRAFIA INFANTIL: DESENHO PEDÓFILO É CRIME?</u> |
| 11. | LEONARDO MAUTONI | <u>AS CRIPTOMOEDAS COMO INSTRUMENTO PARA A PRÁTICA DE CRIMES LICITATÓRIOS</u> |
| 12. | LUCIANA DA SILVA SANTOS | <u>A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL PENAL NO BRASIL DIANTE DO ATIVISMO JUDICIAL</u> |
| 13. | LUIZA DE JESUS LAMEIRA CARRINO NIMER | <u>A TRANSFORMAÇÃO DA CRIMINALIDADE DIANTE DA TECNOLOGIA</u> |
| 14. | MARCELA GONÇALVES ALONSO ALMEIDA GRILLO | <u>A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E OS DISCURSOS DE ÓDIO NA INTERNET</u> |
| 15. | MARCOS ANTONIO RONCON JÚNIOR | <u>JUSTIÇA PENAL NEGOCIAL: A CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP)</u> |
| 16. | MARINA BUGNI SAGGES | <u>ANÁLISE DA LEI Nº 9.807/99 DE PROTEÇÃO DE VÍTIMAS E TESTEMUNHAS E SUAS PERSPECTIVAS</u> |
| 17. | RAFAELA MARTINS BUONOMO | <u>DIREITO PENAL E DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR COMO ABORDAGENS CONCOMITANTES NA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO</u> |
| 18. | RENATA MILCZAREK PROCOPIUK | <u>ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA NÃO-AUTOINCRIMINAÇÃO NO USO DE DIGITAL EVIDENCE EM PERSECUÇÃO CRIMINAL – NOÇÕES NORTE AMERICANAS E BRASILEIRAS</u> |
| 19. | ROQUE PIRES DE ALMEIDA JÚNIOR | <u>ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO EM CRIMES AMBIENTAIS – UMA ANÁLISE À LUZ DOS TIPOS PENAS PREVISTOS NA LEI Nº 9605/98, NA LEI Nº 7.802/89 E NA LEI Nº 6.766/79</u> |
| 20. | VICTOR BORGES DIJIGOW | <u>TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE PROBATÓRIA: UM INSTRUMENTO NECESSÁRIO</u> |

| 2021 - 17º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL | | |
|---|---|---|
| Item | Nome | Título |
| 1. | ANDRÉ CARVALHO TONON | <u>BENEFÍCIOS E CONTROVÉRSIAS DA COLABORAÇÃO PREMIADA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO</u> |
| 2. | BEATRIZ PINHEIRO ROCHEL | <u>A EXECUÇÃO DA PENA SOB O REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO</u> |
| 3. | DANILO MELLO FELIX DE OLIVEIRA | <u>ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – DEFINIÇÕES E PROPOSTAS DE ENFRENTAMENTO AO CRIME ORGANIZADO</u> |
| 4. | FERNANDO AUGUSTO FRANK DE ALMEIDA ALVES | <u>O JUÍZO COMPETENTE DA JUSTIFICAÇÃO CRIMINAL À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL</u> |
| 5. | HERICA CAMPOS DE SANTANA | <u>O INSTITUTO DA MEDIDA DE SEGURANÇA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO</u> |
| 6. | JUSSARA MARIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS | <u>RACISMO RECREATIVO E INJÚRIA RACIAL CONTRA O NEGRO: CONFIGURAÇÃO DO HUMOR OFENSIVO E DO DISCURSO DE ÓDIO</u> |
| 7. | LARISSA DE SENNA NABACK | <u>A PROTEÇÃO INTEGRAL DA VIDA E A HONRA DA VÍTIMA NO PLENÁRIO DO JÚRI</u> |
| 8. | LEONARDO VINICIUS BONIN CANGUSSU | <u>A LEI Nº 13.491/17 E A EXPANSÃO DOS CRIMES MILITARES</u> |
| 9. | RAFAEL LOPES PINTO DA SILVA | <u>TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA NA LAVAGEM DE DINHEIRO</u> |
| 10. | RENATO DE SOUZA MARQUES CRAVEIRO | <u>O ESTELIONATO SENTIMENTAL E A RESPOSTA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO ÀS VÍTIMAS – O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO</u> |
| 11. | STELLA SOUTTO MAYOR TOTOLI | <u>OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS COMO FOMENTO ÀS NOVAS FORMAS DE CRIMINALIDADE: ANÁLISE DA ALTERAÇÃO TRAZIDA PELA LEI N. 13.968/2019 AO CRIME DO ARTIGO 122 DO CÓDIGO PENAL</u> |

| 2012 - 9º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS | | |
|---|------------------------------|---|
| Item | Nome | Título |
| 1. | ANELISE MARA DE ANDRADE | A LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DOS INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS NO QUE TANGE AOS CONTORNOS DO DIREITO À EDUCAÇÃO |
| 2. | GRAZIELA BISCARO LAPERUTA | PUBLICIDADE INFANTOJUVENIL E SUA PROTEÇÃO JURÍDICA |
| 3. | RENATA MARIA SILVEIRA TOLEDO | A TUTELA COLETIVA COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL E DE ACESSO À JUSTIÇA: O PROBLEMA DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO COLETIVO NO BRASIL |
| 4. | VALÉRIA FALLEIROS SPINA | A INDENIZAÇÃO NA DESAPROPRIAÇÃO: DIFERENÇAS ENTRE A POSSE DE FATO E A PROPRIEDADE |
| 5. | VITOR TAMIELLO | LICENCIAMENTO AMBIENTAL: UM EFETIVO INSTRUMENTO PARA A BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL |

| 2014 - 10º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS | | |
|--|--|---|
| Item | Nome | Título |
| 1. | CASSIANO RICARDO RAMPAZZO | A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL PELO CLAMOR SOCIAL UMA MEDIDA CONTINGENCIAL, INEFICAZ E INCONSTITUCIONAL |
| 2. | ÉRICA QUARESMA DOS SANTOS JOSÉ | DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE CONVIVÊNCIA: CONSEQÜENTES DANOS A FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE DO FILHO E RESPONSABILIDADE CIVIL PATERNA. |
| 3. | FERNANDO FIGUEIREDO LINHARES PIVA DE ALBUQUERQUE SCHMIDT | AUDIÊNCIA PÚBLICA: UM DIREITO TRANSINDIVIDUAL? ESTUDO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PROGRAMA RUA ABERTA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO |
| 4. | ISABELA CALILI COUY | O CONTROLE JURISDICIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS |
| 5. | LEONARDO IKE | PUBLICIDADE INFANTIL E OS CONTORNOS JURÍDICOS DA RESOLUÇÃO Nº 163/14 DO CONANDA |
| 6. | LUCIANA DE MATTOS LOURENÇO | EDUCAÇÃO INFANTIL: O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICAZES |
| 7. | LUCIANE DAUMAS NUNES | A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELOS DANOS NUCLEARES |
| 8. | RAFAEL JANUZZI MARTINS | FUNDAMENTOS E APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO AMBIENTAL NO DIREITO BRASILEIRO |

| | | |
|-----|------------------------------------|---|
| 9. | TALITA CRISTINA LAVOURA ROMÃO | O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL |
| 10. | THAIS PARANHOS MARIZ DE OLIVEIRA | O PAPEL DO MUNICÍPIO NA PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DE MANANCIAS |
| 11. | VANESSA CHRISTINA JACINTO TEIXEIRA | DIREITO DO CONSUMIDOR: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS ABUSIVAS NA PUBLICIDADE VOLTADA AO PÚBLICO INFANTIL |

| 2016 - 11º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS | | |
|--|--|---|
| Item | Nome | Título |
| 1. | ANDRÉ LUIZ FERREIRA CUNHA | O INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA |
| 2. | BRUNO PEREIRA DE ALMEIDA ZACARIAS | ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES ACERCA DA (IN) APLICABILIDADE DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AOS AGENTES |
| 3. | CAMILA FONSECA RECOUSO | A POLÊMICA ALTERAÇÃO DO ARTIGO 16 DA LEI 7.347/85 E O ATUAL POSICIONAMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA |
| 4. | CAROLINA TERRÃO BOLLA | SUSTENTABILIDADE NO MERCADO DA MODA |
| 5. | CLARISSA CHAGAS DONDA | ADOÇÃO TARDIA E APADRINHAMENTO AFETIVO |
| 6. | FERNANDA LIMA DE OLIVEIRA | O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E A TUTELA COLETIVA DOS INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS |
| 7. | FERNANDA SANZOVO PRADO PIRES DE CAMPOS | VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA VISÃO BASEADA NOS DIREITOS HUMANOS |
| 8. | GIULIANA MARTINS LOPES | ANÁLISE DA LEGITIMIDADE ATIVA DAS ASSOCIAÇÕES CIVIS E DAS CONDIÇÕES PARA A SUA ATUAÇÃO NA AÇÃO COLETIVA |
| 9. | HENRIQUE DAIHO NONOGUCHI | O ACORDO DE LENIÊNCIA DA LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL E SEUS EFEITOS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA |
| 10. | JÉSSICA ALINE GOMES | A TUTELA DAS MIGRAÇÕES AMBIENTAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO: POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E GARANTIA DE ACODO COM A ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA OIM |
| 11. | JOICY FERNANDES ROMANO | VIOLAÇÃO SISTÊMICA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO SISTEMA EDUCACIONAL PÚBLICO BRASILEIRO |

| | | |
|-----|---|--|
| 12. | JOSIANE BENADUCCI | A PRIORIDADE ABSOLUTA NA PROTEÇÃO DO RECÉM-NASCIDO EM CASOS DE MÃES EM DROGADIÇÃO |
| 13. | LUANA SILVA SOUZA | REFLEXÕES ACERCA DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIA MP NA RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS AMBIENTAIS |
| 14. | LUCAS GOMES PRADO UCHÔA | AÇÕES COLETIVAS PROPOSTAS POR ASSOCIAÇÕES – ANÁLISE DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS Nº 573.232/SC e Nº 612.043/PR |
| 15. | MAICON NATAN VOLPI | REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO INSTRUMENTO DE ACESSO AO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA |
| 16. | MARCELO IGLESIAS BARROSO | MEIOS EXTRAJUDICIAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E O PROCESSO COLETIVO |
| 17. | MAURICIO MARALDI | O CONTROLE DA DESISTÊNCIA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO |
| 18. | MAURO ROBERTO DE ALMEIDA NETTO CRUZEIRO | DA GESTÃO DEMOCRÁTICA URBANA POR MEIO DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS |
| 19. | MICHEL FERREIRA | A EXTENSÃO SUBJETIVA DA COISA JULGADA COLETIVA E O PROCEDIMENTO DAS CAUSAS REPETITIVAS |
| 20. | PATRÍCIA AMBRIQUE MARTINEZ | FAVELA, SENZALA E EMPREGADA: A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO DA TELEVISÃO E O DANO SOCIAL |
| 21. | PATRÍCIA DE CASTRO | ENTRAVES AO COMBATE DO FORNECIMENTO DE BEBIDAS ALCÓOLICAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES |
| 22. | PEDRO MOREIRA CURY | A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI SOB A ÓTICA DO ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE E DA FAMÍLIA |
| 23. | RAFAEL FIGUEIREDO DE MATOS | MINISTÉRIO PÚBLICO E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA IDOSA |
| 24. | REINALDO GONÇALVES DE TOLEDO | A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL: Análise sobre a efetiva aplicação do princípio da equidade nas decisões judiciais |
| 25. | TATIANA CRISTINA DE ANDRADE VERGUEIRO | O ACOLHIMENTO FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL |
| 26. | THAIS AMARANTE CRUZ | O CABIMENTO DO HABEAS CORPUS COLETIVO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO |
| 27. | VALÉRIA MAIOLINI | A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL PARA ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE E AO DIREITO À PROPRIEDADE |

| 2018 - 12º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS | | |
|--|------------------------------------|---|
| Item | Nome | Título |
| 1. | ADRIANA MASUI ASSANO | "MEDIÇÃO SANITÁRIA COMO ALTERNATIVA À JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: ANÁLISE DO CASO DO ESTADO DE MINAS GERAIS" |
| 2. | ALINE RIERA PEDREIRAS | "CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO BULLYING HOMOFÓBICO" |
| 3. | ANA CAROLINE LIMA MELO | "IMPACTOS DAS DECISÕES JUDICIAIS NO DEFERIMENTO DE MEDICAMENTOS SEM REGISTRO" |
| 4. | ARTUR GIOLITO MELISSOPOULOS | "A OBRIGATORIEDADE DO CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O EFETIVO COMBATE À CORRUPÇÃO E A RESPONSABILIZAÇÃO POR SUA OMISSÃO" |
| 5. | BRUNA SIMONI | "ACORDOS NA DEFESA DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA" |
| 6. | CAMILA HAIDEM DE ARAUJO LIMA | "O DIREITO FUNDAMENTAL À MEMÓRIA E SUA EFETIVAÇÃO PELOS LUGARES DE MEMÓRIA" |
| 7. | CATIA APARECIDA DE SOUSA MÓDOLO | "OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A DESJUDICIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO" |
| 8. | EDUARDO MARTINS BOIATI FILHO | "DIREITO À EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS: ACESSO E PROBLEMAS DA JUDICIALIZAÇÃO" |
| 9. | FERNANDA CAMARGO VIEIRA | "A IRRETROATIVIDADE DO CÓDIGO FLORESTAL (LEI Nº 12.651/2012): DA IMPOSSIBILIDADE DE RETROAÇÃO DA NORMA AMBIENTAL MENOS PROTETIVA" |
| 10. | FERNANDO AKIO HIGA | "O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ENQUANTO INSTRUMENTO DE TUTELA COLETIVA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA" |
| 11. | FILIFE PANACE MENINO | "A EXIGÊNCIA DO AVISO DE MIRANDA NOS PROCEDIMENTOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA" |
| 12. | FREDERICO LUIZ ALAGO | "O INQUÉRITO CIVIL E O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COMO INSTRUMENTOS DE CELERIDADE E EFETIVIDADE NA TUTELA DOS INTERESSES COLETIVOS LATO SENSU" |
| 13. | GABRIEL LARREA KALAF | "A SEGURANÇA PÚBLICA SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS: O CONTROLE DA SEGURANÇA PÚBLICA PELA VIA COLETIVA" |
| 14. | GABRIEL SORROCHE DOS SANTOS | "A RELAÇÃO DO ESTADO E DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO E A PROIBIÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE PELO TEXTO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7180/14" |
| 15. | GABRIELA CARVALHO DE ALMEIDA | "A POSSIBILIDADE DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA EM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA" |

| | | |
|-----|--|---|
| 16. | GEMAYNA RASFASKY FIOROT | <u>"O RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL PROMOVIDO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO NA EXECUÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA"</u> |
| 17. | ISABELA RIBEIRO HADDAD DROGHETTI | <u>"POLÍTICAS PÚBLICAS ALTERNATIVAS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA CIDADE DE SÃO PAULO"</u> |
| 18. | ISABELLA CRISTINA RIBEIRO PEREIRA | <u>"O ADOLESCENTE TRANSGÊNERO PRIVADO DE LIBERDADE: UM ESTUDO SOBRE A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A PROTEÇÃO INTEGRAL NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO"</u> |
| 19. | ISABELLA SIMARDI BLANCO LOPEZ | <u>"MINISTÉRIO PÚBLICO E A TUTELA DO DIREITO À EDUCAÇÃO"</u> |
| 20. | IVY GABRIELA DIAS MUNIZ | <u>"A INTERAÇÃO DAS FONTES PROCESSUAIS NA APLICAÇÃO DOS PROVIMENTOS PROVISÓRIOS EM AÇÕES COLETIVAS TRABALHISTAS"</u> |
| 21. | JULIANA MOYZÉS NEPOMUCENO ARAUJO | <u>"O DEPOIMENTO ESPECIAL E A PREVENÇÃO DA REVITIMIZAÇÃO"</u> |
| 22. | JULIANA QUEIROZ DE CASTRO | <u>"ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA PELO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO E SEUS DESAFIOS"</u> |
| 23. | KARINA TORRES MANZALLI | <u>"INSTRUÇÃO PROBATÓRIA NO INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SUA RACIONALIZAÇÃO"</u> |
| 24. | LEANDRO JOY FUKASE | <u>"PROTEÇÃO JUDICIAL ÀS MINORIAS DIANTE DA OMISSÃO INCONSTITUCIONAL LEGISLATIVA: OS EFEITOS CONCRETISTAS NO JULGAMENTO DO MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 4733 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"</u> |
| 25. | LUIZ GUSTAVO SHIMBATA | <u>"A UTILIZAÇÃO DO PROCESSO COLETIVO ESTRUTURAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS"</u> |
| 26. | LUÍZA SOUTO NOGUEIRA | <u>"DESIGUALDADE DE GÊNERO E A VULNERABILIDADE DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA"</u> |
| 27. | MARIA ANTONIA GUIMARAES VICENTE DE AZEVEDO | <u>"A PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO ARTÍSTICO"</u> |
| 28. | MARIA EUGENIA RODRIGUES CORSATO | <u>"PATRULHA MARIA DA PENHA E GUARDIÃ MARIA DA PENHA COMO POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA"</u> |
| 29. | MARILIA GADOTTI YASUDA | <u>"CONSELHO TUTELAR E A APLICAÇÃO DE PROTEÇÃO DE AFASTAMENTO DO CONVÍVIO FAMILIAR"</u> |
| 30. | MARINA RIOS PINHEIRO PASSOS | <u>"JUSTIÇA RESTAURATIVA E LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE CRÍTICA"</u> |
| 31. | NATHALIA LIMA FERNANDES | <u>"A 'LEI MARIA DA PENHA' COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO"</u> |

| | | |
|-----|-------------------------------------|--|
| 32. | PAOLA VERRASTRO D'ISEP | <u>"A CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA COMO MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA E SUA APLICAÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO TJSP"</u> |
| 33. | PAULA ELISE DE OLIVEIRA PIMENTEL | <u>"A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA GARANTIA DE ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE"</u> |
| 34. | PAULA MARIOTTI FELDMANN | <u>"A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA POR MEIO DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS"</u> |
| 35. | PLINIO DANIEL LINS BRANDÃO VEAS | <u>CORRELAÇÕES ENTRE PAISAGEM URBANA E SAÚDE PÚBLICA"</u> |
| 36. | RAFAELA PAROLARI CORREA VALLIM | <u>"ANÁLISE DA VIABILIDADE DE APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA AO ÂMBITO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA"</u> |
| 37. | RODRIGO KIYOSHI YOSHII FUJIWARA | <u>"A SOFISTICAÇÃO DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA SAÚDE PÚBLICA E A INEFICIÊNCIA DOS ATUAIS INSTRUMENTOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO"</u> |
| 38. | SIDNEY ANTONIO DA COSTA | <u>"INQUÉRITO CIVIL COMO INSTRUMENTO DE PROVOCAÇÃO À IMPLANTAÇÃO DE CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS EM DIREITO SANITÁRIO"</u> |
| 39. | THIAGO HENRIQUE DOS SANTOS OLIVEIRA | <u>"A RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA EM TERMOS DE LOGÍSTICA REVERSA E A SUA EFICÁCIA PERANTE A TUTELA CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE"</u> |
| 40. | VINICIUS MARTINS SILVA | <u>"PRESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE RESSARCIMENTOS AO ERÁRIO"</u> |

| 2019 - 13º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS | | |
|--|--------------------------------------|---|
| Item | Nome | Título |
| 1. | ALÍPIO DO NASCIMENTNO MARTINS JÚNIOR | <u>ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS</u> |
| 2. | ANA CLÁUDIA SHIGASI | <u>O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR: A ABUSIVIDADE DA EXIGÊNCIA DE PEDIDO MÍNIMO NO IFOOD</u> |
| 3. | FÁBIO LUIZ ROSSI | <u>O INQUÉRITO CIVIL E OS LIMITES DA DEFESA DO INVESTIGADO</u> |

| | | |
|-----|---|---|
| 4. | FERNANDA AURANI BELLINETTI | REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO E ALTERNATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS AOS FUNDOS DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS |
| 5. | HENRIQUE VINÍCIUS RODRIGUES DOS SANTOS | ANÁLISE DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM LITÍGIOS ESTRUTURAIS |
| 6. | ISABELLA YÁZIGI ABRÃO | O MINISTÉRIO PÚBLICO E A TUTELA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DAS MULHERES |
| 7. | KARINA GODOY DE CARLI | AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E A PROBLEMÁTICA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.180-35/2001: UMA CLARA INCONSTITUCIONALIDADE A FERIR DIREITOS FUNDAMENTAIS E O ACESSO À JUSTIÇA DOS CONTRIBUÍNTES |
| 8. | LETHICIA ANDREA RUSSO SARAIVA DE OLIVEIRA | O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL NOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA TRAZIDO PELO PACOTE ANTICRIME À LUZ DA RESOLUÇÃO 1.193/20 DO MP/SP |
| 9. | LUANA SBEGHEN BONOMI | O ATIVISMO JUDICIAL E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA ESFERA AMBIENTAL |
| 10. | MARCEL NOGUEIRA PAIVA | O DIREITO DO CONSUMIDOR NOS AMBIENTES VIRTUAIS DE COMPRA |
| 11. | MARCO TULIO ALONSO RONSINI | FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE (FNDCA): PARA ONDE ESTÁ INDO O DINHEIRO ARRECADADO? |
| 12. | MARIANA POLIDO DA SILVA | ERRO NA CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DA (IR)RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COM BASE NO RE Nº 1.612.887 – PR |
| 13. | MARINA MORALES BARBIERI | O MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO PARA TUTELA DE DIREITOS DIFUSOS |
| 14. | MEIRE LOPES MONTES | A PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES |
| 15. | RÚBIA PALOMA ROCHA | CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA POR MEIO DO ACESSO À EDUCAÇÃO: ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS IDEIAS DO MOVIMENTO “ESCOLA SEM PARTIDO” À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO ENSINO |

| | | |
|-----|----------------------------------|---|
| 16. | STÉFANI SOUZA MORAIS | O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL: OS PRINCIPAIS PONTOS CONTROVERTIDOS SOBRE O NOVO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA NEGOCIADA NO ÂMBITO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA |
| 17. | UBIRATAN MARQUES DE AGUIAR GOMES | CONTAMINAÇÃO GENÉTICA E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DO ESTADO |
| 18. | ULISSES DE AGUIAR GOMES FILHO | ESPAÇO CÓSMICO ECOLOGICAMENTE AMIGÁVEL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES À ECONOMIA ESPACIAL BRASILEIRA |
| 19. | YANNA CAROLINE MÜLLER BATINA | EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ÂMBITO DO ENSINO PÚBLICO: ASPECTOS LEGAIS, BARREIRAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES |

| 2021 - 14º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS | | |
|--|---|---|
| Item | Nome | Título |
| 1. | ALEX FACCILO PIRES | A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E OS VEREDITOS DO STJ (TEMA 106 DE RECURSO REPETITIVO) E STF (TEMA 500 E 006, AMBOS DE REPERCUSSÃO GERAL) |
| 2. | ALEXANDRE CASSIANO DORÁCIO ANTUNES | DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS, SEGURANÇA PÚBLICA E A POLÍCIA |
| 3. | ALÍCIA CRISTOVÃO PESSETTI | A PROIBIDADE ADMINISTRATIVA À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO RETROCESSO |
| 4. | ANGELA BEATRIZ FERREIRA DA COSTA NASCIMENTO | COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NA MODERNIDADE LÍQUIDA |
| 5. | HECTOR ROBERTO ENG | APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NAS TRANSAÇÕES REALIZADAS EM SITES DE INTERMEDIÇÃO |
| 6. | HUGO UEHARA DE SOUZA | JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE – ASPECTOS DA SOLIDARIEDADE PASSIVA NAS AÇÕES PRESTACIONAIS DE SAÚDE |
| 7. | ISABELA JUNQUEIRA NOGUEIRA DE SOUZA | ATUAÇÃO SINDICAL E A CONQUISTA DOS DIREITOS DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL |
| 8. | ISABELLE BRAGA ARAUJO | DIREITO DOS DESASTRES E CALAMIDADES PÚBLICAS NO ORDENAMENTO BRASILEIRO: UM DIÁLOGO COM VISTAS A REPARAÇÃO CÍVEL DE GRUPOS VULNERÁVEIS |

| | | |
|-----|--|---|
| 9. | JOSÉ FRANCISCO RUSSO WALTER | A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS |
| 10. | MARINA MORGANTE BITTENCOURT | O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES |
| 11. | MÔNICA LODDER DE OLIVEIRA DOS SANTOS PEREIRA | MEDIÇÃO NOS CONFLITOS COLETIVOS: PROPOSTAS PARA NOVOS CAMINHOS E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO |
| 12. | NATÁLIA FREITAS DE ALMEIDA | ELEMENTO SUBJETIVO NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA |
| 13. | PAULO ERNANI BERGAMO DOS SANTOS | AÇÃO POPULAR E A SINDICABILIDADE DE ATOS DO PODER LEGISLATIVO: INSTRUMENTO DE EXERCÍCIO DA CIDADANIA |
| 14. | PAULO SÉRGIO CAROTTA JUNIOR | NOVOS ASPECTOS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA |
| 15. | PEDRO RAFAEL NOGUEIRA GUIMARÃES | REFLEXÕES SOBRE A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E O COMBATE À CORRUPÇÃO |
| 16. | RAPHAEL ARICE JUNQUEIRA DE PAULA | PROCESSO ESTRUTURAL E LITÍGIOS COLETIVOS ENVOLVENDO OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES |
| 17. | ROBERTA MARIA MIRANDA FERNANDES | AS NOVAS REGRAS DO REGIME DE INDISPONIBILIDADE DE BENS E A PRECARIZAÇÃO DA TUTELA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA |

| 2019 - 1º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL | | |
|---|------------------------------------|---|
| Item | Nome | Título |
| 1. | AFONSO SOARES DE OLIVEIRA SOBRINHO | AS FORMAS ADEQUADAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS (ADR): OPORTUNIDADE ESTRATÉGICA À ADVOCACIA NO ACESSO À JUSTIÇA |
| 2. | ANDRÉ DE ARAÚJO SOUSA | A PROVA NAS AÇÕES INDIVIDUAIS DE SAÚDE: UM ESTUDO À LUZ DE PRECEDENTES |
| 3. | ANA BEATRIZ FRATTA MELO | OS LIMITES E A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS ATÍPICAS DE EXECUÇÃO NO PROCESSO CIVIL – REFLEXÕES SOBRE O ARTIGO 139, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL |

| | | |
|-----|--|---|
| 4. | ANA GABRIELA COUTINHO CAETANO VISCONTI | O SISTEMA DE PRECEDENTES E A UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NO CPC/2015 |
| 5. | ANNA CAROLINA ANDREATA | O PROCEDIMENTO PREVISTO PARA AS AÇÕES CONTENCIOSAS QUE ENVOLVEM DIREITO DE FAMÍLIA: A SOLUÇÃO CONSENSUAL COMO INSTRUMENTO PARA TUTELA DO DIREITO MATERIAL |
| 6. | CARLOS ANTONIO MATOS DA SILVA | CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO INEXIGÍVEL EM PERDAS E DANOS |
| 7. | FELIPE AUGUSTO CUBA DE SOUSA | FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA E OS LITÍGIOS COLETIVOS NAS AÇÕES POSSESSÓRIAS |
| 8. | GUSTAVO DO ABIAHY CARNEIRO DA CUNHA GUERRA | A CONSEQUÊNCIA DA REDAÇÃO DO ARTIGO 1.042 FINE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL |
| 9. | ISABELA ALVAREZ SABBAG | PODER-DEVER DE COERÇÃO E MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS |
| 10. | JOSÉ VICTOR DIAS DA SILVA SANSALONE | DA INCOMPATIBILIDADE DO ART. 16 DA LACP NA TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS |
| 11. | JULIANA MARTINS ALVES | USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: DESJUDICIALIZAÇÃO DA CONVERSÃO DA POSSE EM PROPRIEDADE |
| 12. | LÍGIA PENHA STEMPIEWSKI | O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: PRIMEIRAS IMPRESSÕES |
| 13. | LUCIANA DE ALMEIDA LEITE | NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO RITO PROCESSUAL |
| 14. | MARIANA DOS SANTOS FONSECA LAGO | O INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA: QUESTÕES ESSENCIAIS, CONTROVERSAS E SUA APLICABILIDADE E ALCANCE À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL |
| 15. | MARIANA SANTOS BERALDO DE CASTRO | A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE DO CPC/15 |
| 16. | NATHÁLIA MOLLEIS MIZIARA | POLÊMICAS SOBRE A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE |
| 17. | RENATO DE SOUZA MARQUES CRAVEIRO | INQUÉRITO CIVIL E IMPRENSA |
| 18. | VANEZA LEVA DE OLIVEIRA | O SISTEMA DE PRECEDENTES VINCULANTES COMO MECANISMO DE REFORÇO AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NO BRASIL |
| 19. | VICTOR ABDALA DE TOLEDO PIZA | TUTELA PROVISÓRIA EM LITÍGIO COLETIVO POSSESSÓRIO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL |

| | | |
|-----|---------------|---|
| 20. | VIVIAN SEABRA | A SISTEMATIZAÇÃO DAS TUTELAS PROVISÓRIAS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL |
|-----|---------------|---|

| 2021 - 2º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL | | |
|---|----------------------------------|--|
| Item | Nome | Título |
| 1. | ALEXANDRE NORBERTO DOS SANTOS | INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA FASE PRÉ-PROCESSUAL PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE MASSA |
| 2. | CLÁUDIA MARIA LICO HABIB TOFANO | A ALIENAÇÃO DE BENS EM PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A REPARAÇÃO AMBIENTAL INTEGRAL: ANÁLISE CRÍTICA DOS ARTS. 66, § 3º E 60, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DA LEI N. 11.101/2005 |
| 3. | DIEGO FERNANDES MELO | O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL NO ÂMBITO DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E OS POSSÍVEIS IMPACTOS PROMOVIDOS PELA LEI Nº 14.230/21 |
| 4. | EDUARDO MARTINS BOIATI | O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL COMO FERRAMENTA DE EFETIVA TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINSITRATIVA |
| 5. | FABIO HENRIQUE FRANCHI | DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA – PAP – COMO INSTRUMENTO PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS |
| 6. | FELIPE AUGUSTO CAMILO DE FREITAS | A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO EFEITO VINCULANTE DAS DECISÕES EM INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS |
| 7. | FLÁVIO MAZIERO SERPA | CONFLITO DE COISAS JULGADAS: ANÁLISE DAS DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SOBRE O PROBLEMA |
| 8. | MARCELO FERREIRA DE SOUZA NETTO | A FORÇA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS DAS CÂMARAS RESERVADAS DE DIREITO FALIMENTAR |
| 9. | PAULO ERNANI BERGAMO DOS SANTOS | PRECEDENTES VINCULANTES E RECLAMAÇÃO |
| 10. | THAÍS COSTA PAULO | A INOVAÇÃO ACERCA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE INSERIDA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DAS EXECUÇÕES PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA |
| 11. | VIVIANE DA SILVA COSTA | EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E A POSSIBILIDADE DE MEIOS EXECUTIVOS ATÍPICOS E ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS |